

Está na Hora de Votar!

Reflexão sobre a temática Mulher e Política n'A Gazeta dos anos 1930 e 1940¹

Profa. Dra. Gisely Valentim Vaz Coelho Hime (UniFIAMFAAM)²

Resumo

Este artigo pretende averiguar a proposta editorial do vespertino paulistano *A Gazeta* em relação à temática Mulher e Política, nos anos 1930 e 1940, tendo em vista sua posição privilegiada entre as publicações mais modernas do Brasil, naquele período, e sua visão de vanguarda em relação ao papel da mulher na sociedade. Nessa perspectiva, foram analisados o espaço que *A Gazeta* dedica à cobertura do tema: colunas fixas e móveis; cobertura da atuação do Movimento Feminista no Brasil e no Exterior; da luta pelo direito ao voto; das principais conquistas registradas no período; dos novos cargos ocupados; como também o apoio e as críticas do vespertino às atividades do Movimento Feminista.

Palavras-chave

JORNALISMO - SÃO PAULO; HISTÓRIA - BRASIL; MULHER - POLÍTICA; EMANCIPAÇÃO FEMININA; A GAZETA

A situação de dominação entre os sexos, com a mulher subordinada cultural e juridicamente ao homem, impedia que se desenvolvesse nela a capacidade de atuação política na sociedade. Estava condicionada a cumprir e aceitar seu papel doméstico como uma missão própria do seu sexo. Os limites criados por uma visão de mundo restrita ao âmbito meramente doméstico impediram-na de atingir uma percepção clara de sua situação inferiorizada³.

A afirmação de Branca Moreira Alves se, por um lado, explica a ausência de participação da mulher brasileira em importantes momentos políticos da nossa história no século XX, por outro, permite-nos compreender melhor sua atuação – atuação, aliás, que ao mudar profundamente a História Feminina, caracterizou-se pela luta contra tal situação de dominação.

De fato, na primeira metade do século, inspirado no acirramento dos debates internacionais, o Movimento Feminista ganha fôlego no Brasil e será responsável pelo questionamento dos direitos civis e políticos femininos, com destaque para a conquista do voto. Por outro lado, a chamada missão própria do sexo feminino – ser mãe – ganha

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 - Jornalismo, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestre e Doutora pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, instituição onde também se bacharelou em Jornalismo. Membro do Conselho Científico do Núcleo Paulista da Rede Alfredo de Carvalho. Jornalista. Tradutora. Professora e líder de Pesquisa do Curso de Comunicação Social do UniFIAMFAAM. Coordenadora do Programa de Atividades Complementares do UniFIAMFAAM. e-mail: giselyhime@uol.com.br

³ Branca Moreira Alves, *Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980, p.20.

dimensão política, quando as paulistas são convocadas a atuar na retaguarda da Revolução Constitucionalista.

Sintonizada no panorama brasileiro e, de maneira especial, no paulista, o vespertino paulistano *A Gazeta*⁴ acompanha de perto a participação feminina, tanto nos eventos gerais, quanto naqueles que dizem respeito especificamente à condição da mulher. E, ao contrário de seus pares, destina muito espaço à questão, tanto na seção política, quanto na feminina. Articulando fotolegendas, notas e reportagens, com editoriais e artigos, o vespertino participa do debate feminino, por vezes, incitando as mulheres à luta, por outras, conclamando ao recuo.

Quando a Revolução Constitucionalista eclode, a 9 de julho de 1932, *A Gazeta* é um dos veículos que, defendendo a reconstitucionalização do País, está na liderança do movimento. Derrotado na Revolução de 1930, após apoiar Júlio Prestes, candidato de Washington Luís, nas eleições, Cásper Líbero achou por bem exilar-se em Londres – após o empastelamento de seu jornal –, até que a situação se acalmasse. Não acalmou. Ao contrário, apesar da censura e das reprimendas, dia-a-dia, ganhava força em São Paulo o movimento pela reconstitucionalização do País que, no fundo, buscava retomar as posições perdidas no teatro político pelos grandes latifundiários do café. Cásper retorna ao Brasil, pouco depois da divulgação, em 24 de março de 1931, do manifesto do Partido Democrático, que exige, além de uma nova constituição, um interventor paulista e civil para o Estado. Ao lado d'*O Estado de S. Paulo* e com apoio dos *Diários Associados* e do *Correio de São Paulo* – veículo fundado pelos revoltosos – prepara o clima propício à eclosão do Movimento Constitucionalista.

Animadas pela adesão de mineiros e gaúchos, liderados respectivamente por Artur Bernardes e Borges da Fonseca, as tropas paulistas não medem esforços. Toda a população é convocada, inclusive a feminina. Como relata João Batista Cascudo Rodrigues⁵, couberam à mulher as tradicionais atividades femininas: costura, cozinha e enfermagem. Mas, não por isso sua participação deve ser minimizada.

⁴ Cásper Líbero, pioneiro empresário-jornalista paulistano, construiu, entre as décadas de 1920 e 1940, a empresa jornalística mais moderna da América Latina, em termos de administração, equipamentos gráficos e perfil editorial: *A Gazeta*. Entre os ícones de modernidade, está a criação da primeira seção feminina em grande publicação jornalística brasileira, em 1929. Para maiores informações, consultar Gisely Valentim Vaz Coelho Hime, *A Hora e a Vez do Progresso - Cásper Líbero e o Exercício do Jornalismo nas Páginas d'A Gazeta*. São Paulo, dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 1997. Ver também Gisely Valentim Vaz Coelho Hime. *Página Feminina: o Ponto de Encontro da Mulher Moderna – Estudo analítico da pauta feminina do vespertino paulistano A Gazeta (1929-1943)*, São Paulo, tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2002.

⁵ João Batista Cascudo Rodrigues, *A Mulher Paulista no Movimento Pro-Constituintes*. [S.l.] : E. G. Revista dos Tribunaes, 1933.

Foram diversas entidades e organizações mobilizadas. Para se ter idéia do trabalho realizado, relatórios da Cruz Vermelha demonstram que, somente em suas oficinas, foram confeccionadas cerca de 440 mil peças por aproximadamente 7 mil voluntárias. Na Cruz Azul, foram recrutadas 70 enfermeiras diplomadas ou com atestado médico, oferecendo-se para servir nas linhas de frente e na capital. Na Cruzada Pró-Infância, a sua seção de confecção arregimentava cerca de 850 pessoas. Já na sua Casa Maternal, havia cerca de 1.500 voluntários. Sob a direção de Olívia Guedes Penteado, o Departamento de Assistência à População Civil, que se ocupava das famílias dos combatentes, chegou a socorrer mais de 20 mil famílias. Sem falar no trabalho realizado pela Cruz Verde do Departamento de Saúde do Centro do Professorado Paulista, Liga das Senhoras Católicas, Federação Internacional Feminina, Aliança Cívica das Brasileiras, Liga Feminina de Defesa Nacional e Federação Mariana Feminina.

O relato de Rodrigues não deixa dúvidas: a paulista não pegou em armas, mas com as máquinas de costura e os fogões engajou-se na revolução. Sua importância é reconhecida pela liderança do movimento e transparece nas páginas d'*A Gazeta*, como revela um artigo publicado um mês após a eclosão da revolta⁶. Texto emblemático da leitura que o vespertino faz da participação feminina em 1932, traz os principais temas que norteiam a composição de um tipo muito especial de mulher heróica: aquela que exerce o heroísmo dentro do seu universo de mãe, esposa, irmã e filha:

1. a atividade feminina como suporte da ação masculina;
2. a restrição da mulher ao espaço doméstico, como único lugar possível de realização;
3. a vocação da mulher para o sacrifício em prol dos outros;
4. a construção de uma mitologia feminina que funciona como referência de comportamento;
5. a utilização de um discurso religioso para falar da e com a mulher.

O primeiro deles é a tônica fundamental de todos os relatos: a atividade da mulher é importante como suporte da ação masculina, o combate, esse sim fundamental. Para ele se dirigem todos os esforços. O homem, por natureza, é o guerreiro. À mulher, cabe assegurar que o homem desempenhe bem sua vocação.

Por isso, ela merece um “lugar proeminente”. Não se cansa. Afinal,

provou de quanto é capaz o entusiasmo cívico feminino. Está aí gravado ainda na nossa retina, o desfile empolgante de numerosos batalhões femininos,

⁶ A mulher paulista – A sua ação heróica e decidida no movimento constitucionalista, In *A Gazeta*, 7 de agosto de 1932, p.8.

que na retaguarda marchavam impulsionando as máquinas de costura, com o mesmo ardor patriótico que se marchassem para as trincheiras⁷.

Ficam assim restritas às chamadas atividades femininas – costurar, cozinhar, cuidar dos feridos – que já realizam no seu dia-a-dia. Mesmo em tempo de guerra, e ainda que “autorizadas” a deixar o recôndito do lar, pelas atividades que exercem, ficam restritas a ele. E é como mães, filhas, esposas e irmãs que participam da revolução. “As mulheres – mães, esposas, irmãs e noivas – a recalcar as lágrimas do fundo do coração, animam aos que partem com palavras vibrantes de carinho por São Paulo e pelo Brasil!”, destaca a professora Cordélia Marcondes de Campos, em carta endereçada às mulheres dos outros estados⁸.

A mulher é a mentora espiritual e moral da família. É a guardiã dos valores que orientam os seus membros na dura batalha do dia-a-dia – função que é estendida às frentes de batalha, pois, “a ela se deve, incontestavelmente, a atmosfera moral que respiram os nossos soldados que partem cantando para o fogo dos combates, tendo ainda na mente as palavras de incitamento ouvidas no lar⁹”.

A simplicidade e a humildade são características fundamentais daquelas que vivem para os outros, daquelas que “não medem esforços, não recuam diante dos maiores sacrifícios”, cujos filhos “já se encontram de armas à mão, nas trincheiras, vivificando os exemplos maternos de abnegação, de virtude e heroísmo¹⁰”. À guardiã do lar e da família cabem atributos de santa: abnegação total, serviço ao outro, coragem que não se desfaz diante dos maiores desafios se está em jogo o ser amado. E, em tempos de guerra, tais atributos são estendidos à Nação.

Conforme editorial de Jane Misme, publicado em novembro de 1915, na revista *La Française*, “nesses dias de barbárie”, as mulheres “formaram a guarda de honra do patrimônio moral da humanidade” e serão no futuro “quem responderá pela virtude nacional¹¹”. A jornalista refere-se à França, no período da Primeira Grande Guerra, mas traduz perfeitamente os sentimentos da São Paulo Constitucionalista. Fundamenta essa concepção o problema da identidade feminina, compreendendo a mulher, antes de tudo, como esposa e mãe, obedecendo a designos da natureza. Ao analisar a imprensa fascista

⁷ Militarismo feminino In *A Gazeta*, 28 de janeiro de 1935, p.8 (*Página Feminina*).

⁸ Mensagem às brasileiras pela professora Cordélia Marcondes de Campos In *A Gazeta*, 7 de setembro de 1932, p. 4.

⁹ A mulher paulista – A sua ação heróica e decidida no movimento constitucionalista In *A Gazeta*, 7 de agosto de 1932, p.8.

¹⁰ Pela vitória da Pátria que não fará a mulher paulista, símbolo da abnegação e do heroísmo da mulher brasileira? In *A Gazeta*, 15 de agosto de 1932, p. 3.

¹¹ Rita Thalmann, *La Tentation Nationaliste: 1914-1945*, Paris, Éditions Deux Temps Tierce, 1990, p. 23.

feminista, Rita Thalmann destaca a forte influência da ideologia da Igreja Católica na formação desta tradicional identidade feminina:

a maternidade não se reduz jamais a um fato biológico, é também (e, às vezes, somente) uma missão espiritual que somente as mulheres podem desempenhar: ser geradoras não somente de homens, mas também de “sentimentos e de idéias” (*La Donna Fascista*, 25 de junho de 1938). A que se deve esse privilégio? Ao espírito de sacrifício das mulheres, a seu heroísmo cotidiano, que as faz “mães também de todas as lutas e de todas as vitórias” (*Giornale della Donna*, 15 de junho de 1933)¹².

A análise da imprensa feminina germânica, neste momento onde fortes correntes nacionalistas se definem na Europa, também aponta para esse mesmo princípio. Emma Witte destaca que “a mãe do povo, sempre pronta ao sacrifício e ao devotamento, eis o ideal feminino¹³”. E “que espécie de sacrifício será esse que a mulher paulista não faça em benefício de seu povo? (...) Que não dará a patrícia paulista para a conquista da liberdade de sua gente?¹⁴”. Em primeiro lugar, o sacrifício de doar seus pais, maridos, filhos e irmãos. Em segundo lugar, o sacrifício de doar suas jóias, participando da Campanha do Ouro Pró-Vitória, cujo objetivo é arrecadar fundos para as forças revolucionárias. As mais ricas doam valiosas jóias, cravejadas de pedras preciosas. As mais pobres doam a única riqueza: as alianças de noivado e de casamento, substituídas por anéis com o símbolo da Revolução. Em terceiro lugar, o sacrifício de se doar a si mesma em casa ou nos espaços que requisitarem sua ação (oficinas, hospitais, restaurantes e até mesmo junto às tropas).

Como ressalta o jornal, “ainda quando uma das coisas faltasse à patrícia paulista, a outra fatalmente estará já em mãos da pátria para a defesa da lei¹⁵”. E não faltam exemplos ilustrativos para multiplicar ações semelhantes.

De uma brasileira, a progenitora do voluntário Enes Silveira Mello, conta-se que, ao beijar pela última vez o filho, heroicamente morto em combate, exclamou com sereno estoicismo: ‘Vai, filho querido... e que todas as mães tenham coragem como eu... Diante da Pátria não se chora!’ E, como essa heroína, muitas, muitas outras...¹⁶”.

Os modelos oferecidos à mulher paulista são legitimados pela História, prática comum na Imprensa Feminina Franquista, que se utilizava da mitificação do passado para “tornar as leitoras mais receptivas a um discurso que se enraiza no passado (...). A

¹² R. Thalmann, *La Tentation Nationaliste: 1914-1945*, op. cit, p. 143.

¹³ R. Thalmann, *La Tentation Nationaliste: 1914-1945*, op. cit, p. 171.

¹⁴ Pela vitória da Pátria que não fará a mulher paulista, símbolo da abnegação e do heroísmo da mulher brasileira? In *A Gazeta*, 15 de agosto de 1932, p. 3.

¹⁵ Pela vitória da Pátria que não fará a mulher paulista, símbolo da abnegação e do heroísmo da mulher brasileira? In *A Gazeta*, 15 de agosto de 1932, p. 3.

¹⁶ Mensagem às brasileiras pela professora Cordélia Marcondes de Campos In *A Gazeta*, 7 de setembro de 1932, p. 4.

história aparece então como uma história nostálgica, feita de maravilhamentos afetados, que vai se transformar numa história-gueto, povoada de fantasmas femininos¹⁷”.

Na construção da mitologia feminina do Movimento Constitucionalista Paulista, “um dos maiores exemplos da abnegação máxima é aquele da patrícia romana, mãe dos Gracos. Século em fora, aquele exemplo tem sido a pedra de toque das nacionalidades¹⁸”. Mas, ao lado da memorização da história de um dos maiores Impérios da Humanidade, caminha a valorização da História Brasileira “que mantém a tradição de heroísmo e de sacrifício das Ana Nery e Anita Garibaldi¹⁹”. Cordélia Graco, a mãe corajosa e abnegada. Ana Nery, a enfermeira valorosa por excelência e, portanto, mãe espiritual de todos os sofredores, de quem abnegadamente se ocupa. Anita Garibaldi, esposa amantíssima, capaz de, ao lado do homem que ama, enfrentar todas as batalhas. As heroínas de ontem e de hoje.

Se nos transportarmos para os idos de 1930, para uma sociedade marcadamente provinciana, como a paulistana, a Igreja Católica e o discurso religioso são referências fundamentais nos relacionamentos, principalmente no cotidiano feminino. Dessa forma, a utilização do discurso religioso no diálogo político com as mulheres torna-se instrumento eficaz. No relato jornalístico, São Paulo é um Cristo revivido, até na traição. A vitória da Revolução, conseqüentemente, ganha ares de nova Ressurreição: como Cristo, o Redentor, libertou a Humanidade da morte, o Movimento Constitucionalista – em sua cruzada redentora – libertará o País da ditadura, a morte política. Por outro lado, para a redenção da Humanidade foi preciso que Maria fizesse oferta de seu bem mais precioso, seu Filho Jesus. Para redenção de São Paulo e do Brasil, a paulista precisou também fazer o seu óbolo, “dando o tudo de seu coração. Mãe aflita oferecendo em holocausto o seu devotamento, irmã afetiva num prodígio de dedicação e transbordante de civismo, emprestou a chama de seu prestígio para a animação maior dessa jornada empolgante²⁰”.

E assim fez-se “embaixadora da fé²¹”, contribuindo “com seu apoio moral para manter ativo o moral do soldado piratininga²²”. Fez-se “embaixadora da esperança²³”,

¹⁷ R. Thalmann, *La Tentation Nationaliste: 1914-1945*, op. cit, p. 188.

¹⁸ Pela vitória da Pátria que não fará a mulher paulista, símbolo da abnegação e do heroísmo da mulher brasileira? In *A Gazeta*, 15 de agosto de 1932, p. 3.

¹⁹ A mulher paulista – A sua ação heróica e decidida no movimento constitucionalista, In *A Gazeta*, 7 de agosto de 1932, p. 8.

²⁰ Uma saudação da excelentíssima esposa do major Ivo Borges à mulher paulista In *A Gazeta*, 14 de setembro de 1932, p.1.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

distribuindo “no pão de cada dia²⁴ uma parcela de coragem para o dia de amanhã²⁵”. Fez-se “embaixadora da caridade²⁶”, aquela que “pela sua abnegação dá o bálsamo da suavidade²⁷ para atenuar a dor dos que estão sofrendo²⁸”. Completa-se assim o tríptico Fé, Esperança e Caridade, fundamental no comportamento modelar do Cristão, como ressalta São Paulo, em sua carta à comunidade de Coríntios (1 Cor. 13, 1-13).

A Luta Feminina Por Direitos Políticos E Cívicos

Quando do lançamento da *Página Feminina*, *A Gazeta* já se apresenta sintonizada com as conquistas da mulher nos lugares mais remotos do globo terrestre. E utiliza não somente a nova seção, mais todo o espaço editorial para registrar e amplificar tais conquistas, valorizando e estimulando a participação política e civil feminina. Em abril de 1929, mês de lançamento da *Página Feminina*, já denunciava o vespertino: “Enquanto no Brasil ainda se procura resistir tenazmente à “invasão feminista”, as mulheres alcançam grandes vitórias no exterior. Nem falemos nas eleitoras, que são hoje 169 milhões²⁹. Alguns meses depois, a *Página* celebrava a eleição de uma jovem inglesa para o Parlamento, destacando o avanço das inglesas como cidadãs, em relação até mesmo às americanas, filhas do país tido como o mais democrata e moderno³⁰. Na mesma edição, a França é acusada por sua resistência em reconhecer os direitos civis e políticos femininos³¹. Pela insistência e constância, a luta feminina avança e *A Gazeta* festeja, quando, em 1934, a convenção de Montevideu consagra – e o Senado americano ratifica – a igualdade política completa dos homens e mulheres especificamente em matéria de nacionalidade³².

A comparação com outros países é sempre evocada para servir de contraponto ao debate sobre os direitos civis e políticos da brasileira, debate que, neste momento, desdobra-se em função de múltiplos temas. Logo no início da década, por exemplo, as

²⁴Uma evidente comparação com a oração do Pai Nosso, onde pedimos a Deus que não nos falte nem o pão material, nem o pão espiritual que nos dá forças para continuar a caminhada.

²⁵Uma saudação da excelentíssima esposa do major Ivo Borges à mulher paulista In *A Gazeta*, 14 de setembro de 1932, p.1.

²⁶Idem.

²⁷No discurso religioso, Maria é considerada o bálsamo para os sofrimentos humanos. Da mesma forma, para os hebreus, o emprego do bálsamo tinha propriedades fortalecedoras e curativas.

²⁸Uma saudação da excelentíssima esposa do major Ivo Borges à mulher paulista In *A Gazeta*, 14 de setembro de 1932, p.1.

²⁹Eleitoras In *A Gazeta*, 20 de abril de 1929, p. 7 (*Página Feminina*).

³⁰A mais jovem política do mundo – Tem 24 anos e acaba de ser eleita para o Parlamento Inglês In *A Gazeta*, 26 de novembro de 1929, p. 7 (*Página Feminina*).

³¹Feminismo na França – Uma mulher professora de retórica no Liceu de Agen In *A Gazeta*, 26 de novembro de 1929, p. 7 (*Página Feminina*).

³²As mulheres e os homens são iguais... politicamente In *A Gazeta*, 25 de maio de 1934, p. 5.

feministas defendem a participação da mulher no júri, no que *A Gazeta* faz eco. Para esquentar a discussão, o vespertino publica, na primeira página, uma foto do primeiro júri feminino organizado em Illinois (EUA), destacando a legenda que todas as integrantes – identificadas nominalmente – ocupam lugar de relevo na sociedade de Chicago³³. “A mulher deve fazer parte do Júri?”, pergunta no título. O artigo responde: “Não se compreende que, podendo votar, governar municípios e Estados, legislar nas câmaras altas e baixas, representar os seus países no estrangeiro, a mulher não tenha capacidade para servir como jurado (...)”³⁴.

Neste clima de incentivo à intervenção feminina, *A Gazeta* noticia, em abril de 1933, o lançamento de uma frente única para as eleições à Constituinte, representando as federações femininas³⁵. Reunidas, no Rio de Janeiro, as delegadas estaduais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e representantes de associações femininas decidiram a maneira de fazer propaganda para Bertha Lutz³⁶, candidata única da Convenção Nacional de Eleitoras à Constituinte, além de definirem formas de como conseguir a inclusão de mulheres nas representações de classe. Foi acordado também que, onde não houver possibilidade de vitória feminina, deve-se apoiar homens que lutem pela causa das mulheres.

³³ A mulher deve fazer parte do Júri? In *A Gazeta*, 2 de janeiro de 1931, p. 1.

³⁴ Idem.

³⁵ As federações femininas e a sua frente única para as eleições à Constituinte In *A Gazeta*, 5 de abril de 1933, p. 3.

³⁶ Uma das principais líderes feministas brasileiras, bióloga e advogada de renome, Bertha Lutz foi presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e uma das organizadoras do II Congresso Feminino Internacional, realizado em 1931 no Rio de Janeiro (ver *A Gazeta*, 22 de maio de 1931); indicada como representante das mulheres nos trabalhos da Constituinte (ver *A Gazeta*, 2 de julho de 1932), foi eleita deputada constituinte (ver *A Gazeta*, 5 de abril de 1933 e 8 de março de 1934); passou em primeiro lugar em concurso para secretário no Museu Nacional, onde desenvolveu atividade científica de relevante importância (ver *A Gazeta*, 16 de junho de 1933); foi candidata à deputada federal pela Coligação dos Elementos Femininos (ver *A Gazeta*, 4 de outubro de 1934); organizou o III Congresso Nacional Feminino, promovido no Rio de Janeiro, em 1936 (ver *A Gazeta*, 2 de outubro de 1936). Para maiores informações, ver também Austregesilo, A.. *Perfil da Mulher Brasileira: Esboço acerca do Feminismo no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1937, pp. 46-48; e B. Moreira Alves. *Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*, op. cit, pp. 97-129.

No mesmo mês, o vespertino reserva espaço nobre para noticiar o primeiro comício eleitoral feminino, realizado no Rio de Janeiro, “marcando uma nova época na vida política do país³⁷”. Em editorial de primeira página, revela seu apoio à causa, denuncia os preconceitos e ensaia uma análise do processo: “Há trinta anos, quem falasse em tal coisa, seria apedrejado. A emancipação da mulher brasileira vai sendo processada num abrir e fechar de olhos³⁸”.

Prova disso são os pontos essenciais, pleiteados perante a Constituinte pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e que se fundamentam na abolição de todas as restrições à capacidade jurídica, econômica e política da mulher, compreendendo: a) revogação dos dispositivos do Código Civil que limitam a capacidade da mulher casada; b) manutenção do princípio “a trabalho igual, salário igual”, sem distinção de sexos, consignados no decreto nº 21.417, de 17 de maio de 1932; c) manutenção da completa igualdade dos direitos políticos entre os dois sexos, reconhecidos no Código Eleitoral vigente; e d) manutenção do princípio de nacionalidade independente da mulher casada.

O jornal apóia o processo de emancipação feminina e para ele contribui, pois reconhece seus “resultados maravilhosos³⁹”. Da mesma forma como considera inevitável o progresso, ao vinculá-lo inexoravelmente a ele, também o considera inevitável. A mulher “quer a igualdade absoluta, integral. E vai consegui-la⁴⁰”, afirma. Isso não significa, porém, que não receie tamanha igualdade, pois as mulheres “facilmente nos vencerão na concorrência da vida.

Essa dualidade leva-nos ao pensamento de Albert Hirschman, em *A Retórica da Intransigência*⁴¹: existe um patamar em que os discursos progressistas se encontram com os retrógrados. Este patamar é o das mudanças sociais, como as que caracterizam esse momento brasileiro e mundial. *A Gazeta*, porém, não cai na tentação de se utilizar do que Hirschman chamaria de tese da perversidade e da tese da ameaça. Enquanto a primeira agrupa os discursos que percebem a mudança como um processo incontrollável, mas que deve ser detido, a segunda reúne os discursos que vêem a mudança como um processo nefasto, que colocará em perigo a ordem existente e que, portanto, também precisa ser detido. O vespertino assume seus receios, mas incentiva a mudança.

³⁷ A mulher e a política In *A Gazeta*, 28 de abril de 1933, p. 1.

³⁸ Idem.

³⁹ A luta dos sexos In *A Gazeta*, 9 de junho de 1934, p. 1.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Albert O. Hirschman. *A Retórica da Intransigência*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Em Hanna Arendt⁴² encontramos explicação para tal procedimento na análise do confronto dos interesses particulares e interesses comuns, permanente na História. Ainda que o ignoremos, este confronto está presente da banalidade do cotidiano às grandes revoluções históricas, que têm o poder de alterar o prisma da leitura da realidade, fazendo repensar as relações do homem com o meio e com seus pares.

Para irmos um pouco mais além, podemos nos fundamentar em Agnes Heller⁴³, observando como do confronto permanente entre a moral dominante e as morais individuais nasce a possibilidade de mudança. O confronto gera condições favoráveis para a percepção da dualidade da moral, no sentido da não identificação da moral dominante com a moral absoluta. O indivíduo que percebe na estrutura da vida cotidiana aquelas instâncias que impedem seu desenvolvimento genérico é capaz de desmontar a cadeia de composição da moral dominante e buscar novos canais de interação com o meio e os homens. É um processo simultâneo de desfetichização do mundo e de engajamento na realidade.

Sendo assim, *A Gazeta*, acompanhando, ela própria, o processo de desfetichização da mulher, verificou a necessidade de buscar novos parâmetros de relacionamento com essa nova leitora que se desenhava, pouco a pouco, diante de seus olhos, para mantê-la fiel como público, uma vez que identificada com os interesses defendidos pelo veículo.

Para Avançar Nas Conquistas, As Mulheres Apoiam-Se No Passado

Ao reforçar sua adesão a essa nova leitora, *A Gazeta* retorna ao palco da Revolução Constitucionalista. Como demonstramos, os discursos de apoio à emancipação feminina, neste período, bebem com fartura da mística que envolveu o Movimento de 1932. Durante o período eleitoral, em outubro de 1934, o jornal, assumindo a campanha das candidatas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), passa a publicar diariamente artigos produzidos pela Comissão Feminina de propaganda do Partido. Esse conjunto de textos reúne as imagens mais recorrentes na época:

1. Identificação da mulher moderna, que busca sua emancipação, com a mulher que participou da Revolução Constitucionalista – procura-se afirmar o apoio incondicional à luta feminina, ao mesmo tempo que trazer aquelas que estão

⁴²Hanna Arendt. *Da Revolução*, 2ª edição, São Paulo, Editora Ática e Editora UnB, 1990.

⁴³Agnes Heller. *O Cotidiano e a História*, Paz e Terra, 4ª edição, 1992.

⁴⁴À mulher paulista In *A Gazeta*, 4 de outubro de 1934, p. 5.

⁴⁵Idem.

⁴⁶Idem.

⁴⁷Quem pode falar pelas mães paulistas In *A Gazeta*, 8 de outubro de 1934, p. 6.

indecisas diante das mudanças. Nesse sentido, tenta-se aproximá-las, utilizando-se para isso de um forte sentimento comum: o amor por São Paulo, traduzido na luta de 32. Daí a afirmação de que “Nunca descremos, jamais descreremos da mulher paulista – a de 1932, a de 1934. Ela não mudou⁴⁴”.

2. A participação política é o novo instrumento de participação feminina – Outrora, pelas máquinas de costura e fogões, cuidando dos pobres e dos doentes. Hoje, por meio do voto, “a mulher paulista vai contribuir para a decisão da vitória de São Paulo⁴⁵”. A intenção é apresentar o voto como uma consequência natural da evolução da participação feminina na sociedade.
3. Como o foi em 1932, a participação feminina é um dever – quase que religioso –, pois é fundamental para os destinos do Estado – Busca-se comover a mulher e assim estimular as mais renitentes à participação: “Sereis vós, como o fostes em 32, as grandes e indispensáveis colaboradoras da vitória de São Paulo sobre os intuits de perpetuação do ignominioso domínio getuliano em nossa terra⁴⁶”.
4. Faz-se das eleições de 1934 a continuação da luta de 1932 – Dessa forma, a vitória de 1932 só será configurada nas runas de 1934. Por isso, “sua missão não está terminada. Somente agora ela tem o seu posto de vanguarda. Ela vai escolher uma representante para lutar em primeira linha⁴⁷”.
5. A legitimação desta nova forma de participar se dá novamente por meio do retorno às raízes do povo paulista, da rememoração e mistificação da História – Vemo-nos assim no meio da guerra dos Emboabas, lutando ao lado das valorosas mulheres que, “clamavam contra a inércia, a transigência, o esquecimento?⁴⁸”. Ou ao lado da mulher de Fernão Dias que “deu tudo para que o Bandeirante pudesse encontrar esmeraldas⁴⁹”. E, por isso, os políticos “flexíveis” devem se desiludir, se pensam que as mulheres seriam “os mais dóceis eleitores de que poderiam dispor⁵⁰”. Pois, “a mulher paulista de 1934 mostrará que ainda há fibra em nosso corpo, sangue em

⁴⁸ Um capítulo da história que ainda não se acabou In *A Gazeta*, 6 de outubro de 1934, p. 7.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Fanny Tabak & Moema Toscano. *Mulher e Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 24.

nossas veias⁵¹”.

Apelando ao forte regionalismo e espírito cívico que foi marca do Movimento de 32 e caracteriza ainda a cultura paulista, busca-se estimular a mulher, primeiro, a vencer o receio das mudanças e buscar a participação política e, segundo, a fazer a sua escolha partidária.

A Articulação Das Vozes Pró E Contra O Sufrágio Feminino

Fanny Tabak e Moema Toscano⁵² identificam, nos Anais do Congresso, duas tendências, dividindo os legisladores: a dos mais retrógrados, “para quem o voto da mulher poria em risco a própria segurança da família” e a dos mais liberais, “cuja opiniões mesmo hoje se afinariam perfeitamente com as reivindicações femininas mais avançadas”. Nas páginas d’*A Gazeta*, essas duas tendências se confrontam diariamente. As resistências são muitas. Um dos argumentos mais utilizados é a falta de preparo da mulher. Afirma-se que ainda não está preparada, tendo vivido sempre para o lar, não tem a instrução e a experiência (malícia?) necessárias: “a mulher não atingiu aqui o grau de desenvolvimento intelectual que lhe possa assegurar o exercício desse direito, sem incorrer nos mesmos vícios e excessos em que têm incorrido os representantes do sexo barbado⁵³”. Nessa perspectiva, o voto seria uma segunda etapa do processo de emancipação feminina que, no Brasil, ainda estaria engatinhando.

A falta de preparo, contudo, para outros não é empecilho ao voto que, por sua vez, não deve resumir a causa feminina. Hermes Lima alerta que o fundamental é se preparar para assumir o comando do País e, para isso, é preciso estudar. “Por que não há mais bacharelas, mais doutoras, mais engenheiras? Doutor, engenheiro, bacharel são condições para ser ‘superior’ no país⁵⁴”. A educação será o instrumento de libertação da mulher dos diversos preconceitos que a oprimem social, política e culturalmente.

Uma outra corrente defende o direito de voto limitado a algumas mulheres. “Merecem a regalia as que trabalham, as que vivem de ‘seu trabalho’ e só de ‘seu trabalho’⁵⁵”. O voto aqui aparece como um prêmio para aquela mulher que assume as responsabilidades ditas de homem:

A mulher que vai para rua, que sua como qualquer cidadão burguês, que leciona, que escreve à máquina, que é modista, funcionária de banco ou escriturária de uma repartição, por que não há de ter direitos políticos se ela,

⁵³ O feminismo no Brasil In *A Gazeta*, 16 de junho de 1931, p. 1.

⁵⁴ Hermes Lima. Voto Feminino In *A Gazeta*, 28 de setembro de 1929, p. 7 (*Página Feminina*).

⁵⁵ Votar e ser votada – O feminismo caminha no Brasil a passos largos In *A Gazeta*, 8 de abril de 1931, p. 1.

tantas vezes, mantém sua casa e paga impostos. (...) Está visto que deve votar, como nós. E ser votada também⁵⁶.

Deve votar como homem, deve ser votada como homem, porque assumiu o código da rua, o espaço de atuação masculino, as atribuições masculinas. Por isso, conquistou o direito. Já “a mulher que só frequenta os chás e recebe não sabemos em que dia da semana, faz esporte e o *footing* – essa não precisa e não deve comparecer aos pleitos: porque possuem apenas esse cômodo emprego: o marido⁵⁷”. Ou seja, a mulher que permanece vinculada ao código da casa, vivendo em função da família, funciona como uma extensão do homem e assim não tem direitos cívicos.

Alguns meses depois, o vespertino revê sua posição, defendendo o direito de voto a todas as mulheres, tomando emprestado declarações de Maurício de Lacerda e de Costa Rego ao jornal carioca *Correio da Manhã*:

Vê-se pois, que o direito de voto é só para as mulheres solteiras ou viúvas independentes e só para as casadas em certas e determinadas condições. Evidentemente a vida moderna deu à mulher uma função fora do lar. Mas, essa função, quando casada, só a adquire em regra, na hipótese em que a vida econômica do casal exija o trabalho de ambos os cônjuges. Nos casos em que isto não acontece, fica a mulher privada de seu direito de voto. Não se percebe bem o fundamento de tal distinção que envolve um ato de flagrante desigualdade, não já entre a mulher e o homem, mas entre uma e outra, de certas classes de mulheres⁵⁸.

De fato, a grande maioria das mulheres, se não fez oposição ao movimento sufragista, mostrou-se indiferente. E o vespertino alerta para o perigo dessa atitude aparentemente inofensiva: “Essa indiferença não representa nem hostilidade, nem aplauso: resulta de uma certa displiscência passiva em que vai mergulhando a nação diante das mais importantes reformas que se estão processando neste momento em todos os setores da atividade nacional⁵⁹”.

Uma vez conquistado o direito ao voto, o movimento sufragista brasileiro esmoreceu, mas não morreu. Era preciso dedicar-se a duas novas frentes: o cadastramento eleitoral feminino e a conscientização política da mulher – dois pontos fracos revelados nos debates pelo voto. Em diversos pontos do País, multiplicam-se as atividades em torno desses objetivos, mobilizando não apenas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), mas entidades como a Associação Cívica Feminina.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ O voto feminino e o ante-projeto da lei de alistamento In *A Gazeta*, 16 de setembro de 1931, p. 1.

⁵⁹ A mulher e a política – O voto feminino foi recebido com frieza em todos os círculos onde a mulher brasileira faz sentir sua influência In *A Gazeta*, 17 de setembro de 1931, p. 3.

A ação conta com total apoio do vespertino em diversas frentes. Num primeiro plano, noticia, com destaque, todas as iniciativas desenvolvidas: da criação dos chamados *bureaux* eleitorais e postos de alistamento à promoção de cursos e palestras de educação política, como as que integram a Cruzada Nacional de Educação Política. Vasto movimento de educação política nacional, a Cruzada era centralizada pela FBPF, que buscava “coordenar dentro da mesma síntese todas as associações femininas da capital paulista, a fim de que os seus progressos de reconhecida utilidade pública visassem o principal objetivo comum – a participação da mulher nos destinos do país, através do voto⁶⁰”. As notas e reportagens não se limitam a registrar as atividades, mas buscam valorizá-las, motivando a leitora a nelas se engajar de alguma forma.

Num segundo plano, o vespertino utiliza-se das suas instalações para colaborar com as atividades. Torna-se, ele próprio, posto de alistamento e abre as portas para as palestras da Cruzada, participando ativamente dos eventos até as eleições de 1934.

A animação e o envolvimento com as atividades do movimento sufragista feminino refletem-se na cobertura das eleições para a Constituinte, em maio de 1933. A *Gazeta* dedica toda a primeira página ao acontecimento, com destaque para a participação feminina nas fotos e no texto:

(...) Merece destaque especial o comparecimento em massa, nas diversas seções eleitorais dos distritos da Capital, do elemento feminino. Ali estava ele representado por todas as classes femininas, com entusiasmo e civismo invulgar.

Nas imediações das seções eleitorais fazia, com palavras entusiásticas, propaganda da Chapa Única.

Tudo dentro de ordem.

Nenhum atrito.

As seções que funcionava no Grupo Escolar Antonio Prado, na Cruz Azul, na Escola Normal do Brás e no Grupo Escolar da Moóca apresentavam um aspecto festivo, devido ao grande número de senhoras e senhoritas.

(...) As primeiras mulheres que foram chamadas para votar, fizeram-no debaixo de salvas de palmas.

Nada disso, sendo a primeira vez que cumpriam esse dever cívico, as perturbava.

Mostravam-se até, muito pelo contrário, mais expeditas que os homens.

Votavam com elegância e firmeza de convicção.

(...) É assim que numa das seções do Brás, um propagandista de certa chapa procurava convencer uma senhora de votar com o seu partido e esta lhe respondeu, em meio daquela multidão toda:

- O senhor não me convence; perde o seu tempo... Sei o que vou fazer... A minha chapa está aqui dentro (batendo na bolsa) e será essa mesma; sou paulista acima de tudo. Deixe-me sossegada, retire-se...

O propagandista, muito desapontado, foi saindo da sala...

(...) No Grupo Escolar Miss Browne registraram-se fatos interessantes.

⁶⁰ Cruzada Nacional de Educação Política In *A Gazeta*, 3 de fevereiro de 1933, p. 3.

Ali pelas 10 horas, compareceu para votar uma senhora de avançada idade. Na hora de verificar-se o seu registro no livro, descobriu-se que o seu nome havia sido lançado tão diferente do verdadeiro, que era mister uma consulta ao Palácio da Justiça, ao qual foi feita, só chegando às 17 horas. A senhora, apesar da avançada idade, ali ficou, esperando nada menos de sete horas a oportunidade de votar. E como nesse momento alguém elogiasse a sua atitude, respondeu: “Não foi quase nada; eu ficaria esperando até amanhã”.

(...) Outro fato: uma veneranda senhora esteve no Grupo Escolar Miss Browne, onde devia votar na 12ª seção. No entanto, ali chegada, observou que a referida seção estava funcionando no andar superior e que lhe seria impossível galgar a escada, em virtude da avançada idade e de seus padecimentos. Diante dessa impossibilidade, recorreu ao juiz da 11ª seção, que funcionava no andar térreo, pedindo para votar ali. O juiz declarou lamentar não poder atendê-la, no cumprimento da lei. A eleitora foi ao seu médico e voltou munida de um atestado, declarando que lhe seria impossível subir aquela escada. Apresentando-se novamente ao juiz, este lhe respondeu que nem mesmo assim poderia satisfazer ao seu pedido. Então aquela senhora se dirigiu ao Tribunal Eleitoral que, depois de muitas horas de espera, lhe concedeu o direito de votar na seção por ela indicada. E votou⁶¹.

A cobertura parece buscar responder às acusações daqueles oposicionistas ao movimento sufragista feminino, de que a mulher não está interessada em votar, não está preparada para votar, não quer votar. Pois, faz questão de destacar o comparecimento de mulheres de todas as classes que, em diversos momentos, demonstraram entusiasmo pela atividade cívica a que estavam se dedicando – seja pelo voto em si, como também pela propaganda de seus candidatos –, segurança na escolha e extrema vontade de exercer o seu direito: direito que *A Gazeta* reconhece e defende.

Referências bibliográficas

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, 4ª edição, São Paulo, Cortez, 1989.

ARENDT, Hanna, *Da Revolução*, 2ª edição, São Paulo, Editora Ática e Editora UnB, 1990.

ATHAYDE, Austregésilo de. *Perfil da Mulher Brasileira: Esboço Acerca do Feminismo no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1937.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975-1976, volumes 3 e 4.

BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a Representação da Mulher na Imprensa Feminina Brasileira*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1980.

⁶¹ A grande competição eleitoral de ontem In *A Gazeta*, 4 de maio de 1933, p. 1.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*, Paz e Terra, 4ª edição, 1992.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. *A Hora e a Vez do Progresso - Cásper Líbero e o Exercício do Jornalismo nas Páginas d'A Gazeta*. São Paulo, dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 1997.

_____. *Página Feminina: o Ponto de Encontro da Mulher Moderna – Estudo analítico da pauta feminina do vespertino paulistano A Gazeta (1929-1943)*, São Paulo, tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2002.

HIRSCHMAN, Albert O.. *A Retórica da Intransigência*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980.

SILVA, Hélio Ribeiro da. *1930 - A Revolução Traída (O Ciclo de Vargas - vol. III)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1931 - Os Tenentes no Poder (O Ciclo de Vargas - vol. IV)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1933. A crise do Tenentismo (O Ciclo de Vargas - vol. V)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

THALMANN, Rita. *La Tentation Nationaliste: 1914-1945*, Paris, Éditions Deux Temps Tierce, 1990.

Publicações

A Gazeta, 1929, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936.

Revista dos Tribunaes, 1933.